

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul

Relatório Contábil do campus Alvorada

e Demonstrações Contábeis

3º Trimestre/2022

Alvorada, 2022

DCONIFRS – processo nº 23419.000219/2022-16

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETOR-GERAL

Fabio Azambuja Marçal

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Alaor Ribeiro de Souza

Coordenadora de Orçamento

Kataliny Mercedes Gheno Azzolini

Coordenador Financeiro

Alaor Ribeiro de Souza

Responsável pela Conformidade Contábil

Maicon Goulart Morales

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício), em atendimento à setorial contábil do IFRS, consta a Declaração sem Ressalva do Contador da Unidade Gestora 158745 – campus Alvorada, Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UG)		Código da UG	
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS ALVORADA		158745	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 3º Trimestre de 2022, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Alvorada	Data	14/10/2022
Contador Resp.	Maicon Goulart Morales	CRC nº	85.488

Demonstrações contábeis do exercício de 2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/balanco-patrimonial-2022/>, Balanço Patrimonial 09 SET 2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/demonstracoes-das-variacoes-patrimoniais-2022/>, Demonstração das Variações Patrimoniais 09 SET 2022.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/balanco-orcamentario-2022/>, Balanço Orçamentário 09 SET 2022.

BALANÇO FINANCEIRO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/balanco-financeiro-2022/>, Balanço Financeiro 09 SET 2022.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/demonstracao-dos-fluxos-de-caixa-2022/>, Demonstração dos Fluxos de Caixa 09 SET 2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/demonstracao-das-mutacoes-no-patrimonio-liquido-2022/>, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido 09 SET 2022.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Campus Alvorada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

(a) Bens móveis

Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título. Atualmente, aproximadamente R\$ 207 mil estão contabilizados à título de estoques e R\$ 2,74 milhões de bens móveis. Também não foi realizada a avaliação dos bens móveis/intangíveis para apurarmos o real valor do ativo.

A divergência total do saldo de bens móveis e intangíveis no SIAFI e o saldo de bens móveis e intangíveis no controle patrimonial, em 30/09/2022, é de R\$ 18,1 mil. A divergência total do saldo de bens em almoxarifado no SIAFI e o saldo de bens em almoxarifado no controle patrimonial, em 30/09/2022, é de R\$ 20 mil. A divergência total do saldo de depreciação acumulada no SIAFI e o saldo de depreciação acumulada no controle patrimonial, em 30/09/2022, é de R\$ 6 mil.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do campus Alvorada, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);**
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. Balanço Orçamentário (BO);**
- IV. Balanço Financeiro (BF);**
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- VII. Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n2 - x2) / n2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:



Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Caixa e Equivalente de Caixa

	R\$			
	set-22	dez-21	AH (%)	AV (%)
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	2.205	2.205	-	100
Recursos Liberados pelo Tesouro	-	-	-	-
Total	2.205	2.205	-	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

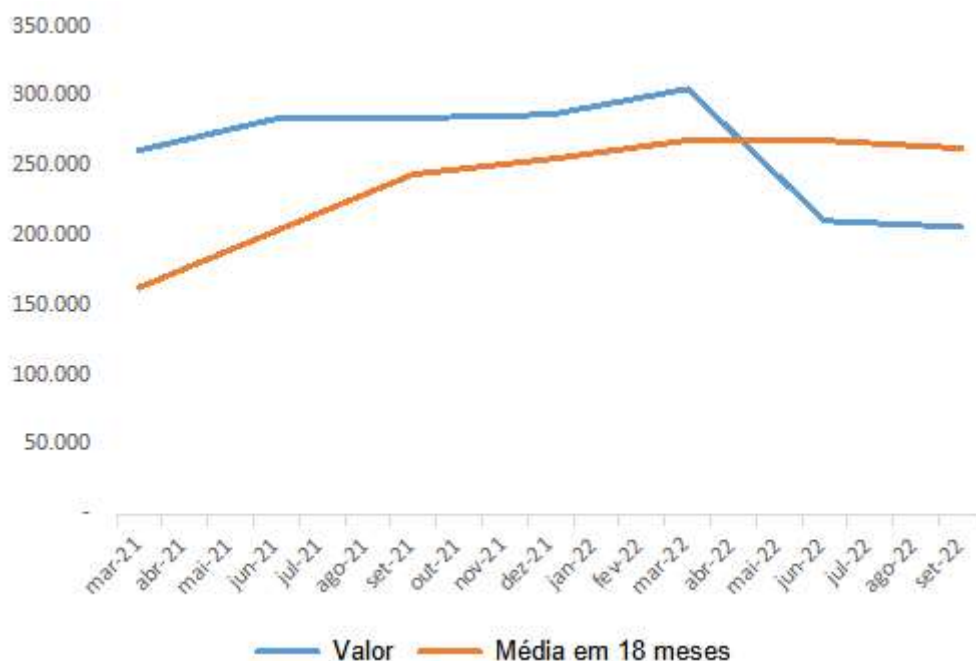
Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende processos de despesas de pequeno vulto em andamento na modalidade de suprimento de fundos, no valor de R\$ 8,47 mil.

Nota 3 – Estoques

Houve diminuição do volume de estoque no último trimestre. Estes são representados pelos materiais em almoxarifado, que compreendem diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios e materiais de expediente. O campus armazena, em média, R\$ 263 mil em almoxarifado.

Materiais em almoxarifado nos últimos 18 meses (valores em R\$)



Nota 4 – Imobilizado

No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelo campus é especializada, como, por exemplo, ativos de infraestrutura e materiais bibliográficos.

Bens Móveis

Os bens móveis totalizaram, pelo custo de aquisição, R\$ 2,74 milhões e estão distribuídos em categorias, conforme detalhado por conta contábil na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R\$ 1,12 milhões (40% do total), seguido de mobiliário em geral, R\$ 443 mil (16% do total).

Bens Móveis

Bens móveis	3º trim. 2022	4º trim. 2021	R\$	
	Custo	Custo	AH (%)	AV (%)
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	1.125.123	804.886	40	41
MOBILIARIO EM GERAL	443.151	441.078	0	16
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	340.005	61.409	454	12
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	200.603	197.244	2	7
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	192.445	191.906	0	7
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	163.136	15.980	921	6
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	78.608	77.238	2	3
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	73.384	73.384	-	3
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	39.563	36.958	7	1
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	22.012	16.182	36	1
BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	21.619	8.638	150	1
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	12.804	12.804	-	0
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	10.054	10.054	-	0
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	9.209	3.458	166	0
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	7.124	7.124	-	0
VEICULOS EM GERAL	3.087	3.087	-	0
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	1.324	1.324	-	0
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	1.210	1.210	-	0
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	707	3.851	- 82	0
= BENS NAO LOCALIZADOS	20	20	0	0
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	-	270.000	- 100	-
Total	2.745.188	2.237.833	23	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Evolução do Imobilizado – Bens Móveis nos últimos 18 meses (valores em R\$ mil)



Depreciação Acumulada de Bens Móveis

A depreciação acumulada dos bens móveis totalizou R\$ 1,01 milhões, equivalente a 36,8% do custo de aquisição total dos bens móveis.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus totalizaram R\$ 8,4 milhões a título de imóvel de uso educacional e instalação da plataforma vertical, com depreciação acumulada no valor de R\$ 63,8 mil.

Nota 5 – Intangível

O ativo intangível é composto por softwares de vida útil indefinida, no valor de R\$ 883,00.

Nota 6 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

O campus apresentou um saldo de R\$ 148,5 mil de obrigações, sendo todo o montante de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos no prazo de doze meses seguintes. Essas obrigações estão divididas conforme tabela a seguir.

Obrigações a Curto e Longo Prazo

	set-22	dez-21	Var.	AH (%)
Subtotal - Curto Prazo	148.523	35.813	112.709	315%
Fornecedores e Contas a Pagar	53.194	27.144	26.050	96%
Demais Obrigações a Curto Prazo	95.328	8.670	86.659	1000%
Subtotal - Longo Prazo	-	-	-	
Total	148.523	35.813	112.709	314,71%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

A maior parte das obrigações do campus se referem a demais obrigações a curto prazo, que representam 64% do total.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

Onze fornecedores possuem créditos com o campus. Desse total, a Cooperativa Agroindustrial Nova Aliança representa 37% do saldo total a pagar, apresentado em ordem decrescente na tabela adiante, que totaliza R\$ 53,2 mil.

Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedor

	R\$	
	set-22	AV (%)
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA ALIANCA LTDA	19.760	37
VILE CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA	11.610	22
COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS DE REFORMA AGRARIA	9.962	19
MEZI EMPRESARIAL LTDA	7.283	14
SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.	2.632	5
LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	1.186	2
INCONFIDENCIA LOCADORA DE VEICULOS E MAO-DE-OBRA LTDA	296	1
PROLAB COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA	240	0
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	99	0
ATENAS SERVICOS DE APOIO LTDA	67	0
EMS TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	60	0
Total	53.194	100

Fonte: SIAFI, 2022

- (a) Cooperativa Agroindustrial Nova Aliança: referente a aquisição de suco natural integral para distribuição;
- (b) Vile Construções e Reformas: referente a contratação de serviço continuado de manutenção predial;
- (c) Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Reforma Agrária: referente a aquisição de gêneros alimentícios para distribuição.

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir.

Demais Obrigações a Curto Prazo

	R\$				
	set-22	AV (%)	dez-21	AV (%)	AH (%)
Consignações	17.772	18,6%	5.565	64,2%	219,3%
Depósitos não judiciais	2.205	2,3%	2.205	25,4%	0,0%
Incentivos a educação, cultura e outros	66.876	70,2%	900	10,4%	7330,7%
Valores em trânsito exigíveis	8.476	8,9%	-	0,0%	
Total	95.328	100%	8.670	100%	1000%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a folha de pagamento ou a compras de bens e serviços.

(b) Depósitos não judiciais

Compreende cauções recebidos em garantia de execução de contratos continuados.

(c) Incentivo a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

(d) Valores em trânsito exigíveis

Compreende processos de despesas de pequeno vulto em andamento na modalidade de suprimento de fundos.

Nota 6 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi deficitário em R\$ 736,5 mil e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas

			R\$	
	set-22	set-21	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.629.853	1.261.254	29 -	221
Variações Patrimoniais Diminutivas	- 2.366.373	- 1.327.545	78	321
Total	- 736.520	- 66.291	1.011	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve um decréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Aumento das transferências e delegações recebidas em R\$ 369 mil (29%);
- II. Desvalorização e perda de ativos em R\$ 887 mil;
- III. Aumento dos gastos no uso de bens, serviços e consumo de capitais fixo em R\$ 300 mil (43%).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Demonstração das Variações Patrimoniais

			R\$		
	set-22	set-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	1.629.853	1.261.254	368.599	29%	100
Transferências e delegações recebidas	1.629.828	1.260.577	369.252	29%	100
Outras VPAs	25	677	- 652	-96%	0
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	2.366.373	1.327.545	1.038.828	78%	100
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	1.005.773	705.231	300.542	43%	43
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	126	1.226	- 1.100	-90%	0
Transferências e delegações concedidas	17.052	677	16.375	2418%	1
Desvalorização e perda de ativos	886.641	-	886.641		37
Tributárias	10.097	785	9.313	1187%	0
Outras VPDs	446.684	619.626	- 172.943	-28%	19
Total	- 736.520	- 66.291	- 670.228	1011%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos o aumento das Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R\$ 369,2 mil, pelo repasse da setorial orçamentária do IFRS, correspondentes ao orçamento anual destinado ao campus, com aumento de 29% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

O principal aumento de gastos ocorreu com a desvalorização e perda de ativos, no montante de R\$ 886,6 mil, pela conclusão das obras de subestação e quadra poliesportiva coberta. Os valores foram incorporados na valorização dos bens imóveis.

Isto posto, conclui-se no aumento do total de gastos, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$ 2,36 milhões até o encerramento do trimestre.

O detalhamento da VPD de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo e de outras VPD's são demonstrados a seguir.

(a) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Diminutivas - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	R\$				
	set-22	set-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Uso de materiais de consumo	165.040	32.389	132.651	410%	16
Serviços	669.123	476.158	192.965	41%	67
Depreciação, amortização e exaustão	171.610	196.684	- 25.074	-13%	17
Total	1.005.773	705.231	300.542	43%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Destaca-se o aumento de R\$ 132,6 mil em uso de materiais de consumo, equivalente a 410%, em relação ao mesmo período no exercício anterior.

As principais variações nos gastos com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Serviços

	R\$				
	set-22	set-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Diárias	6.751	-	6.751		1
Serviços técnicos profissionais	2.261	1.504	757	50%	0
Serv. de apoio adm., técnico e operacional	660.111	474.652	185.459	39%	99
Seguros em geral	-	3	3	-100%	-
Total	669.123	476.158	192.965	41%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

(b) Outras VPD's

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram diminuição de gastos no campus, na ordem de 28%, e estão diretamente relacionados à bolsa de estudos. No terceiro trimestre de 2022, o total de gasto nesta rubrica foi de R\$ 446,7 mil.

Nota 7 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964, além do percentual de realização das receitas previstas e percentual de empenho da dotação atualizada.

No IFRS, a setorial orçamentária do órgão consolida a previsão e realização de receitas, assim como a dotação inicial e atualizada das suas unidades, de modo que o Balanço Orçamentário do campus é insuficiente para demonstrar o resultado orçamentário da unidade.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia R\$ 1,85 milhões. Houve um acréscimo de 41% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As despesas correntes representam 83% do total empenhado no exercício, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Despesas Empenhadas - Composição

	R\$			
	set-22	set-21	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	1.539.395	1.308.546	18	83
Despesas de Capital	307.150	-		17
Total	1.846.546	1.308.546	41	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Entre as despesas empenhadas, destacam-se os outros serviços de terceiros - PJ, com R\$ 577 mil em empenhos realizados no exercício, seguidas das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor de R\$ 466 mil, equivalentes à 31% e 25% do valor total empenhado, respectivamente.

O percentual de liquidação dos empenhos no exercício é de 72,9%.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve diminuição de 31% nos empenhos com auxílio financeiro a estudantes e aumento de 22,4% nos empenhos com outros serviços de terceiros - PJ.

A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas empenhadas no campus.

Empenhos - Composição

NATUREZA DE DESPESA	R\$									
	PROVISAO RECEB.	set-22				set-21				AH (% de emp.)
		DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	AV (% de emp.)	PROVISAO RECEB.	DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	
APLICACOES DIRETAS	726.643	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	577.542	577.542	303.306	52,5	31,3	471.713	471.713	249.343	52,9	22,4
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	466.812	466.812	407.688	87,3	25,3	676.418	676.418	593.884	87,8	31,0
OBRAS E INSTALACOES	292.600	292.600	-	-	15,8	849.773	-	-	-	-
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	216.860	216.857	44.444	20,5	11,7	52.957	33.675	22.990	68,3	544,0
OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	199.727	199.727	78.121	39,1	10,8	77.943	77.943	49.349	63,3	156,2
APLICACOES DIRETAS	67.975	-	-	-	-	110.221	-	-	-	-
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	24.896	24.896	24.896	100,0	1,3	26.690	26.690	25.690	96,3	6,7
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	18.991	18.991	9.931	52,3	1,0	16.839	16.839	10.947	65,0	12,8
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	14.550	14.550	14.550	100,0	0,8	-	-	-	-	-
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	12.000	12.000	6.751	56,3	0,6	-	-	-	-	-
MATERIAL DE CONSUMO	8.000	8.000	8.000	100,0	0,4	2.132	2.132	-	-	275,1
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.351	5.351	5.351	100,0	0,3	-	-	-	-	-
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	5.112	5.112	4.981	97,4	0,3	978	978	968	99,0	422,7
INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.000	4.000	-	-	0,2	652	652	52	8,0	513,3
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	100	100	-	-	0,0	480	480	-	-	79,2
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	7	7	7	100,0	0,0	-	-	-	-	-
APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORCAMENTARIAS	-	-	-	-	-	2.862	-	-	-	-
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	-	-	-	-	-	1.025	1.025	1.025	100,0	100,0
SENTENCAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.641.167	1.846.546	908.027	49,2	100,0	2.290.684	1.308.546	954.249	72,9	41,1

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Os principais favorecidos do período são listados na Tabela a seguir.

Empenhos por favorecido - Composição

FAVORECIDO	R\$	
	set-22 DESP. EMP.	AV (%)
INST.FED.DO RS/CAMPUS ALVORADA	522.558	28,3
JH2P-ENGENHARIA, CONSTRUCAO E DECORACAO LTDA	292.600	15,8
MERCOSERVICE PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	166.462	9,0
MEZI EMPRESARIAL LTDA	161.721	8,8
ATENAS SERVICOS DE APOIO LTDA	140.935	7,6
CORE SERVICE EVENTOS EIRELI	81.780	4,4
COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS DE REFORMA AGRARIA	73.577	4,0
ALPHA TERCEIRIZACAO - EIRELI	62.656	3,4
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA ALIANCA LTDA	61.500	3,3
BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	49.750	2,7
SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.	42.457	2,3
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	33.265	1,8
VILE CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA	24.790	1,3
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	23.299	1,3
DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS EIRELI	18.991	1,0
Outros Favorecidos	90.205	4,9
Total	1.846.546	100,0

Fonte: SIAFI, 2022

Mais de 53% dos empenhos do campus estão concentrados nos três primeiros favorecidos:

- **Inst. Federal do RS / campus Alvorada:** empenhos destinados ao pagamento de assistência estudantil, permanência e moradia aos estudantes matriculados no campus;
- **JH2P Engenharia:** empenhos destinados a construção de blocos de laboratório, fechamento da quadra poliesportiva e construção da quadra de areia e arquibancadas.
- **Mercoservice Prestação de Serviços:** empenhos destinados ao pagamento do serviço de tradutor / interprete de libras;

Nota 8 – Restos a Pagar

Conforme Tabela que segue, 95,6% dos Restos a Pagar Processados a pagar e Não Processados a liquidar corresponde à obras e instalações, perfazendo o valor de R\$ 876,2 mil. Os materiais de consumo correspondem a 1,5% do total de compromissos a realizar, no valor de R\$ 13,7 mil e, outros serviços de terceiros - PJ, 2,5%, no valor de R\$ 22,7 mil. Juntas, as três naturezas de despesas citadas correspondem a 99,8% do total de compromissos a realizar inscritos em restos a pagar.

Restos a Pagar - Composição do 3º trimestre

NATUREZA DE DESPESA	R\$							
	RP PROC. INSCRITOS	RP PROC. PAGOS	RPP A PAGAR	RP NAO PROC. INSC.	RP NAO PROC. REINSC.	RP NAO PROC. LIQ.	RPNP A LIQ.	AV DOS RPP A PAG. E RPNP A LIQ. (%)
OBRAS E INSTALACOES	-	-	-	876.220	-	-	876.220	95,6
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-	-	-	298.808	2.121	298.808	2.121	0,2
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	13.340	13.340	-	206.496	65.866	249.645	22.717	2,5
MATERIAL DE CONSUMO	-	-	-	23.310	13.420	23.027	13.704	1,5
OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	2.453	2.453	-	20.795	-	20.795	-	-
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	14.802	14.802	-	14.802	-	14.802	-	-
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	900	300	600	14.400	-	13.200	1.200	0,2
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	233	233	-	3.156	-	3.156	-	-
INDENIZACOES E RESTITUICOES	-	-	-	600	-	600	-	-
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	-	-	-	70	-	70	-	-
Total	31.729	31.129	600	1.458.658	81.407	624.103	915.962	100

Fonte: SIAFI, 2022

Na Figura a seguir a representação gráfica dos compromissos a pagar de Restos a Pagar por natureza de despesa.



Compromissos a Pagar – Restos a Pagar até o 3º trimestre

Quase totalidade dos compromissos a pagar de Restos a Pagar correspondem aos Restos a Pagar Não Processados, que equivalem aos compromissos assumidos com materiais que não foram entregues ou serviços que não foram prestados ao IFRS até o encerramento do exercício anterior.

Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Favorecido - Composição do 3º trimestre

	R\$	
FAVORECIDO	RPNP A LIQUIDAR	AV (%)
JH2P-ENGENHARIA, CONSTRUCAO E DECORACAO LTDA	876.220	99,3
BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	3.355	0,4
VILE CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA	2.096	0,2
AMAZONAS COMERCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA	704	0,1
Total	882.375	100,0

Fonte: SIAFI, 2022

Os principais Restos a Pagar Não Processados a Liquidar correspondem a:

JH2P – Engenharia, construção e decoração: empenho destinado a construção de blocos de laboratório.